

Demonstrações financeiras

Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Em 31 de dezembro de 2014 com Relatório dos Auditores
Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balancos patrimoniais	3
Demonstrações do resultado.....	4
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	5
Demonstrações do resultado abrangente.....	6
Demonstrações dos fluxos de caixa	7
Demonstrações do valor adicionado.....	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

1. Examinamos as demonstrações financeiras da Paranaíba Transmissora de Energia S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

2. A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

3. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

4. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

5. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Paranaíba Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

7. Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela Agencia Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, órgão regulador, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

8. Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 13 de fevereiro de 2014, que não conteve nenhuma modificação.

Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 2015.

BOUCINHAS, CAMPOS & CONTI
Auditores Independentes S/S
CRC-SP-5.528/O-S-RJ


Antônio Carlos de Oliveira Pires
Contador-CRC-RJ-065.305/O-RJ

Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e 2013.
(Em milhares de reais)

<u>ATIVO</u>	<u>Notas</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
CIRCULANTE			
Disponibilidades	3	294.062	20.430
Impostos a recuperar	4	1.124	206
Despesas pagas antecipadamente	5	468	190
Outros créditos		13	5
Total do ativo circulante		<u>295.667</u>	<u>20.831</u>
NÃO CIRCULANTE			
Contas a receber ativo financeiro	6	358.856	53.937
Imobilizado, líquido		142	47
Total do ativo não circulante		<u>358.998</u>	<u>53.984</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>654.665</u>	<u>74.815</u>
<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
CIRCULANTE			
Fornecedores		12.947	-
Retenção contratual		965	235
Empréstimos e financiamentos	7	354.527	-
Salários e encargos		263	426
Impostos e contribuições sociais		561	1.042
Total do passivo circulante		<u>369.264</u>	<u>1.703</u>
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social diferida	8	6.591	253
Total do passivo não circulante		<u>6.591</u>	<u>253</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	9	265.001	72.001
Reserva legal		691	43
Lucros retidos		13.118	815
Total do patrimônio líquido		<u>278.810</u>	<u>72.859</u>
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>654.665</u>	<u>74.815</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Receita de Construção		285.981	53.416
Custo de Construção	10	<u>(285.981)</u>	<u>(53.416)</u>
LUCRO BRUTO		<u>-</u>	<u>-</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal		(1.913)	(815)
Materiais		(11)	-
Serviços de terceiros		(930)	(161)
Tributos		(25)	(3)
Arrendamentos e aluguéis		<u>(12)</u>	<u>(6)</u>
Total		<u>(2.891)</u>	<u>(985)</u>
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(2.891)</u>	<u>(985)</u>
RECEITAS FINANCEIRAS			
Receitas de aplicações financeiras		3.607	1.578
Rendas sobre ativo financeiro		18.937	521
DESPESAS FINANCEIRAS		-	-
Despesas financeiras		<u>(104)</u>	<u>(3)</u>
Total		<u>22.440</u>	<u>2.096</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>19.549</u>	<u>1.111</u>
Imposto de renda diferido		(4.710)	(195)
Contribuição social diferida		(1.704)	(58)
Imposto de renda corrente		(129)	-
Contribuição social corrente		<u>(55)</u>	<u>-</u>
Total		<u>(6.598)</u>	<u>(253)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>12.951</u>	<u>858</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
		Legal	Lucros retidos		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	1	-	-	-	1
Integralização de capital com emissão de 10.000.000 em 19/04/2013.	10.000	-	-	-	10.000
Integralização de capital com emissão de 48.000.000 em 30/08/2013.	48.000	-	-	-	48.000
Integralização de capital com emissão de 14.000.000 em 31/10/2013.	14.000	-	-	-	14.000
Lucro do exercício	-	-	-	858	858
Constituição de reserva legal	-	43	-	(43)	-
Lucros retidos	-	-	815	(815)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	72.001	43	815	-	72.859
Integralização de capital com emissão de 27.030.000 em 14/02/2014.	27.030	-	-	-	27.030
Integralização de capital com emissão de 12.985.000 em 14/02/2014.	12.985	-	-	-	12.985
Integralização de capital com emissão de 12.985.000 em 14/02/2014.	12.985	-	-	-	12.985
Integralização de capital com emissão de 45.000.000 em 14/02/2014.	45.000	-	-	-	45.000
Integralização de capital com emissão de 22.050.000 em 20/08/2014.	22.050	-	-	-	22.050
Integralização de capital com emissão de 22.950.000 em 21/08/2014.	22.950	-	-	-	22.950
Integralização de capital com emissão de 50.000.000	50.000	-	-	-	50.000
Lucro do exercício	-	-	-	12.951	12.951
Constituição de reserva legal	-	648	-	(648)	-
Lucros retidos	-	-	12.303	(12.303)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	265.001	691	13.118	-	278.810

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Lucro líquido do exercício	12.951	858
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de outros resultados abrangentes do exercício	<u><u>12.951</u></u>	<u><u>858</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro do exercício	12.951	858
DECRÉCIMOS (ACRÉSCIMOS) EM ATIVOS		
Adiantamentos	(7)	(5)
Impostos a Compensar	(918)	(206)
Despesas pagas antecipadamente	(278)	(190)
(DECRÉCIMOS) ACRÉSCIMOS EM PASSIVOS		
Fornecedores	12.947	-
Obrigações fiscais	(481)	1.042
Imposto de Renda e Contribuição Social diferido	6.338	253
Retenções Contratuais	730	235
Salários e encargos	(163)	426
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>31.119</u>	<u>2.413</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Acréscimo de imobilizado	(96)	(47)
Ativo Financeiro Indenizável	(304.919)	(53.937)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	<u>(305.015)</u>	<u>(53.984)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos e financiamentos	354.527	-
Integralização de Capital	193.000	72.000
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	<u>547.527</u>	<u>72.000</u>
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	<u>273.632</u>	<u>20.429</u>
INÍCIO DO EXERCÍCIO	20.430	1
FINAL DO EXERCÍCIO	294.062	20.430
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	<u>273.632</u>	<u>20.429</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Demonstração do valor adicionado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
RECEITA		
Receita	285.981	53.416
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custo	(285.981)	(53.416)
Serviços	<u>(930)</u>	<u>(161)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>(930)</u>	<u>(161)</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Resultado Financeiro	<u>22.440</u>	<u>2.096</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>21.510</u>	<u>1.936</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal	1.913	815
Tributos	6.623	256
Outros	23	6
Lucro do exercício	<u>12.951</u>	<u>858</u>
TOTAL	<u>21.510</u>	<u>1.936</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Paranaíba Transmissora de Energia S.A., (Companhia), sociedade privada, de capital fechado, foi constituída em 21 de dezembro de 2012 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 – 14º andar, Bairro Centro, Cidade do Rio de Janeiro. A Companhia, é uma Sociedade de Propósito Específico e tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.1. Da concessão

A Companhia foi constituída a partir do Consórcio Paranaíba, vencedor do Lote G do Leilão de Transmissão nº 07/2012, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em 19 de dezembro de 2012.

O Lote G, é composto pelas seguintes instalações nos Estados da Bahia, Minas Gerais e Goiás:

- LT 500 kV Barreiras II – Rio das Éguas (244 km);
- LT 500 kV Rio das Éguas – Luziânia (373 km);
- LT 500 kV Luziânia – Pirapora 2 (350 km).

As instalações de transmissão são compostas pelas:

- Linha de Transmissão Barreiras II – Rio das Éguas, em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 244 km, com origem na Subestação Barreiras II e término na Subestação Rio das Éguas;
- Linha de Transmissão Rio das Éguas – Luziânia, em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 373 km, com origem na Subestação Rio das Éguas e término na Subestação Luziânia;
- Linha de transmissão Luziânia – Pirapora 2, em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 350 km, com origem na Subestação Luziânia e término na Subestação Pirapora 2;
- Com equipamentos de compensação reativa e respectivas conexões, entradas de linhas, interligação de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em R\$ 100.263.550 (Cem milhões, duzentos e sessenta e três mil e quinhentos e cinquenta reais), valor histórico, e será corrigida anualmente, com base na variação do IPCA, no mês de julho de cada ano, nos termos do contrato de concessão, contados a partir do início da operação comercial.

Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais exceto quando especificado)

2. Resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras da Companhia apresentam informações comparativas ao período anterior e foram autorizadas pela Administração em 22 de janeiro de 2015.

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e com outras normas emitidas pela ANEEL, especificamente para as concessionárias do setor elétrico brasileiro.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração da Companhia para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A Companhia está em fase de construção das estruturas necessárias aos trabalhos de transmissão de energia elétrica.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas práticas foram adotadas de modo consistente com as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

2.1. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

2.2. Receita operacional

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

2.2.1. Receita de concessão

a) Receita de construção

A Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de concessão (“ICPC 01 (R1)”) estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 - Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 - Receitas (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais exceto quando especificado)

2. Resumo das principais práticas contábeis (continuação)

2.2. Receita operacional (continuação)

2.2.1. Receita de concessão (continuação)

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como próxima a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo financeiro indenizável em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver.

b) Receita financeira de concessão

A receita financeira de concessão corresponde à remuneração pela taxa de desconto, que corresponde à taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da receita anual permitida (RAP).

2.2.2. Receita de juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro indenizável em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.3. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais exceto quando especificado)

2. Resumo das principais práticas contábeis (continuação)

2.3. Instrumentos financeiros (continuação)

a) Ativos financeiros

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, ativo financeiro indenizável e adiantamentos.

b) Passivos financeiros

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores e demais contas a pagar. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

c) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender os compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

2.5. Ativo financeiro indenizável

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica, em consonância com o ICPC 01 (R1).

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por

Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais exceto quando especificado)

2. Resumo das principais práticas contábeis (continuação)

2.5. Ativo financeiro indenizável (continuação)

redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A Companhia entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo financeiro indenizável excede o seu valor recuperável. Contudo, a fim de corroborar seu entendimento a Companhia efetua anualmente o teste de recuperabilidade utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos resultando um valor superior àquele registrado contabilmente.

A Companhia reconhece um contas a receber do poder concedente quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados pelas distribuidoras e transmissoras de energia e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos considerando o custo proporcional ao total, incorrido até a data do balanço, pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia.

O valor reconhecido do ativo financeiro indenizável, suas estimativas de fluxos de caixa futuros e taxas efetivas de juros, serão revisados trimestralmente, a cada data base de reajuste anual pelo IPCA.

Esses ativos financeiros não possuem um mercado ativo, apresentam fluxos de caixa fixos e determináveis, e, portanto, são classificados como "Ativo financeiro indenizável", sendo inicialmente estimados com base nos respectivos valores justos e posteriormente mensurados pelo custo amortizado calculado pelo método da taxa de juros efetiva.

2.6. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses.

2.7. Tributação

Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pela tributação pelo lucro real anual com estimativas mensais. Sendo assim, a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, para a estimativa mensal, é calculada por meio da aplicação do percentual sobre a receita bruta e sobre os ganhos de capital e demais receitas. O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12

Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais exceto quando especificado)

2. Resumo das principais práticas contábeis (continuação)

2.7. Tributação (continuação)

meses e compensados os prejuízos fiscais existentes, reconhecidos pelo regime de competência. A contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado, também considerando a compensação de bases negativas, reconhecidos pelo regime de competência.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.8. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

2.9. Demonstrações dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

2.10. Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia prevê que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete à Assembleia de Acionistas deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados revisados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos

Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais exceto quando especificado)

2. Resumo das principais práticas contábeis (continuação)

2.10. Distribuição de dividendos (Continuação)

propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “Proposta de distribuição de dividendo adicional” no patrimônio líquido.

2.11. Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 09 - Demonstração do valor adicionado, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.12. Informações por segmento

A Companhia não possui diferentes segmentos de negócios e administra o resultado das operações com base na estrutura da demonstração de resultados. Desta forma, não está sendo apresentada qualquer informação por segmento.

3. Disponibilidades

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Caixa e Bancos conta movimento	5	1
Aplicações financeiras - CDB DI	404	341
Aplicações financeiras - BB Compromissada DI	56.519	19.774
Aplicações financeiras – Portfólio Santander	236.554	-
Rendas a receber	580	314
Total	<u>294.062</u>	<u>20.430</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 31 de dezembro de 2014, as aplicações financeiras referentes a Certificados de Depósitos Bancários – CDB foram remuneradas à taxa de 94% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, as aplicações financeiras referentes a BB Compromissada foram remuneradas à taxa de 100,50% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI e as aplicações financeiras do portfólio Santander foram remuneradas à taxa de 101,5% da variação o Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

4. Impostos a compensar

O valor, em 31 de dezembro de 2014, de R\$ 1.124 (R\$ 206 em 31 de dezembro de 2013), classificado como impostos a compensar, é referente ao imposto de renda retido na fonte quando do resgate de aplicações financeiras. Estes valores serão compensados com o imposto de renda apurado mensalmente por estimativa, ou com o imposto de renda apurado com base no lucro real anual no encerramento do exercício.

Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais exceto quando especificado)

5. Despesas pagas antecipadamente

O valor, em 31 de dezembro de 2014, de R\$ 468 (R\$ 190 em 31 de dezembro de 2013), classificado como despesas pagas antecipadamente, refere-se aos custos relativos ao empréstimo BNDES, que ainda está em fase de negociação, e às apólices de seguros garantia, a favor da Agência Nacional de Energia Elétrica, com o objetivo de assegurar o cumprimento do contrato de construção, cuja amortização do valor é feita mensalmente durante o período de vigência da apólice, e seguros de riscos de engenharia.

Os valores estão compostos, conforme segue abaixo:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Seguro garantia ANEEL	108	179
Outros seguros	90	11
Custos de empréstimo BNDES	270	-
Total	468	190

6. Contas a Receber - Ativo financeiro indenizável

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora) regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde:

- ▶ O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar;
- ▶ O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede.
- ▶ Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- ▶ O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela remuneração anual permitida (RAP), parcela garantida pelo poder concedente para remunerar o operador.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de serviço de transmissão de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da ICPC 01 (R1), a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão, abrangendo:

Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais exceto quando especificado)

6. Contas a Receber - Ativo financeiro indenizável (continuação)

- (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro indenizável por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro indenizável diretamente do poder concedente;
- (b) Parcela refere-se à recebíveis, junto ao poder concedente, que incondicional pela construção, disponibilização e entrega de rede de transmissão, tem de entregar, direta ou indiretamente, caixa ou equivalentes de caixa. É mensurado pelo método de fluxos de caixa futuros estimados da parcela especificada na composição da tarifa de cobrança (RAP), pela construção da rede de transmissão, descontados pela taxa interna de retorno do projeto.
- (c) Reconhecimento da receita de operação e manutenção em montante suficiente para fazer face aos custos para cumprimento das obrigações de operação e manutenção previstas em contrato de concessão.
- (d) Reconhecimento da receita financeira sobre os direitos de recebíveis junto ao poder concedente decorrente da remuneração pela taxa interna de retorno do projeto.

A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS, conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, com recebimento previsto para um período de 30 anos cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo poder concedente.

O montante total a receber acumulado, em 31 de dezembro de 2014, está classificado no ativo não circulante.

Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais exceto quando especificado)

<u>Ativo Financeiro</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Edificações e obras civis	47.169	214
Maquinas e equipamentos	149.637	864
Indenizações das servidões	9.876	-
Pessoal e encargos operacionais	1.755	697
Serviços de terceiros	12.419	9.959
Seguros	877	68
Tributos	3.057	590
Adiantamento a fornecedores	107.097	40.998
Depósitos judiciais	5.718	-
Remuneração dos ativos de concessão	18.937	521
Outros	2.315	26
	<u>358.856</u>	<u>53.937</u>

7. Empréstimos e financiamentos

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de novembro de 2014 (“AGE”), os acionistas da Companhia aprovaram a realização da 1ª emissão de debêntures simples, nominativa e escritural, não conversíveis em ações, em série única, com garantia real, com garantia fidejussória adicional, composta de 350 (trezentos e cinquenta) debêntures, com o valor nominal unitário de R\$1.000.000 (um milhão de reais) cada (“valor nominal unitário”), para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“ICVM 476”), perfazendo o total de R\$350.000.000 (trezentos e cinquenta milhões de reais) na data da emissão.

Data da emissão: 24/11/2014

Vencimento: 24/11/2015

Forma de Subscrição e Integralização: A qualquer tempo via CETIP

Remuneração: 100% do CDI acrescido de sobretaxa de 1,65% a.a.

Ano base: 252 dias úteis

Destinação dos recursos: Investimentos na própria companhia

Garantias: Real e Fidejussória

Intervenientes garantidores: State Grid Brazil Holding S.A. e Copel Geração e Transmissão S.A, de forma não solidária e respeitando as respectivas participações acionárias no empreendimento.

Banco liquidante: Itaú Unibanco S.A.

Escriturador Mandatário: Itaú Corretora de Valores S.A.

A primeira emissão de debêntures foi liquidada em 19 de dezembro de 2014, pelo valor atualizado de R\$ 350.000.000 e efetivamente recebido R\$ 353.289.553,40, sendo R\$ 266.733.612,82 recebidos em conta de livre movimentação e R\$ 86.555.940,58, recebidos em conta vinculada de movimentação restrita, cujos direitos creditórios foram cedidos como

Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais exceto quando especificado)

garantia real aos debenturistas até a inclusão das Centrais Elétricas Brasileiras S.A.-Eletrobras, como interveniente garantidora de 24,5% da Emissão.

O saldo atualizado da emissão, até 31 de dezembro de 2014, é de R\$354.527.

As debêntures são remuneradas a 100% do CDI, acrescido de sobretaxa de 1,65% a.a., e serão amortizadas integralmente na data de vencimento em 24 de novembro de 2015. As debêntures têm como garantidores a State Grid Brazil Holding S.A. (51%), Copel Geração e Transmissão S.A. (24,5%) e uma conta vinculada de movimentação restrita, cujos direitos creditórios foram cedidos fiduciariamente em favor dos debenturistas (24,5%). As debêntures não possuem cláusula de repactuação e não incidem sobre elas cláusulas restritivas.

8. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os impostos sobre a renda diferidos são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e contribuição social diferidos é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, e, estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de renda diferido foi apurado sobre o lucro tributável, ajustado pelas diferenças temporais pela alíquota de 15%, considerando o adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a CSLL está constituída à alíquota de 9% sobre o lucro tributável, ajustado pelas diferenças temporais, reconhecidos pelo regime de competência.

A demonstração dos tributos e contribuições diferidos é a seguinte:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
IR Diferido	4.840	195
CSLL Diferida	1.751	58
Total	6.591	253

9. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital Social autorizado pela assembleia geral dos acionistas é R\$270.718, parcialmente subscrito e integralizado.

Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais exceto quando especificado)

Em 18 de abril de 2013, através da Assembleia Geral Extraordinária foi efetuado o aumento do capital social no valor de R\$ 10.000, proporcional a participação acionária de cada sócio, com a emissão de 10.000.000 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, passando o Capital Social de R\$1, para R\$ 10.001.

Em 30 de agosto de 2013, com base na Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de julho de 2013, foi efetuado o aumento do capital social no valor de R\$48.000, proporcional a participação acionária de cada sócio, com a emissão de 48.000.000 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, passando o Capital Social de R\$10.001, para R\$58.001.

Em 30 de outubro de 2013, com base na Ata de Reunião do Conselho de Administração, foi efetuado o aumento do capital social no valor de R\$14.000, proporcional a participação acionária de cada sócio, com a emissão de 14.000.000 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, passando o Capital Social de R\$58.001, para R\$72.001.

Em 14 de fevereiro de 2014, com base na Ata de Reunião do Conselho de Administração, foi efetuado o aumento do capital social no valor de R\$53.000, proporcional a participação acionária de cada sócio, com a emissão de 53.000.000 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, passando o Capital Social de R\$72.001, para R\$125.001.

Em 30 de abril de 2014, com base na Ata de Reunião do Conselho de Administração, foi efetuado o aumento do capital social no valor de R\$45.000, proporcional a participação acionária de cada sócio, com a emissão de 45.000.000 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, passando o Capital Social de R\$125.001, para R\$170.001.

Em 20 de agosto de 2014, com base na Ata de Reunião do Conselho de Administração, foi efetuado o aumento do capital social no valor de R\$22.950, proporcional a participação acionária de cada sócio, com a emissão de 22.950.000 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, passando o Capital Social de R\$170.001, para R\$192.951.

Em 21 de agosto de 2014, com base na Ata de Reunião do Conselho de Administração, foi efetuado o aumento do capital social no valor de R\$22.050, proporcional a participação acionária de cada sócio, com a emissão de 22.050.000 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, passando o Capital Social de R\$192.951, para R\$215.001.

Em 31 de outubro de 2014, com base na Ata de Reunião do Conselho de Administração, foi efetuado o aumento do capital social no valor de R\$50.000, proporcional a participação acionária de cada sócio, com a emissão de 50.000.000 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, passando o Capital Social de R\$215.001, para R\$265.001.

Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais exceto quando especificado)

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$265.001, dividido em 265.001.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, sem valor nominal, pela STATE GRID BRAZIL HOLDING S.A., FURNAS CENTRAIS ELETRICA S.A. e COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A., na proporção de 51%, 24,5% e 24,5%, respectivamente.

A composição do capital social subscrito da Companhia, em reais, é como se segue:

State Grid Brazil Holding S.A.	135.150.510
Furnas Centrais Elétricas S.A.	64.925.245
Copel Geração e Transmissão S.A.	64.925.245
	<u><u>265.001.000</u></u>

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações.

c) Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório não inferior a 25% do saldo remanescente após o cálculo da reserva legal, e das reservas de contingencia e reserva de lucros a realizar, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

10. Custos de construção

O custo de construção de R\$ 285.981, refere-se aos custos incorridos para a construção e implantação das linhas de transmissão, como se segue:

Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais exceto quando especificado)

<u>Custo</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Edificações e obras civis	(46.955)	(214)
Maquinas e equipamentos	(148.773)	(864)
Indenizações das servidões	(9.876)	-
Pessoal e encargos operacionais	(1.058)	(697)
Serviços de terceiros	(2.460)	(9.959)
Seguros	(809)	(68)
Tributos	(2.466)	(590)
Adiantamento a fornecedores	(66.098)	(40.998)
Depósitos judiciais	(5.718)	-
Outros	(1.768)	(26)
	<u>(285.981)</u>	<u>(53.416)</u>

11. Instrumentos financeiros

11.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a classificação dos ativos financeiros por categoria é a seguinte:

Ativos financeiros	31/12/2014			31/12/2013
	Recebíveis	A valor justo por meio do resultado	Total	Total
Disponibilidades	-	294.062	294.062	20.430
Impostos compensáveis	-	1.124	1.124	206
Despesas antecipadas	-	468	468	190
Ativo financeiro indenizável	358.856	-	358.856	53.937
	<u>358.856</u>	<u>295.654</u>	<u>654.510</u>	<u>74.763</u>

O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável.

Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais exceto quando especificado)

Os principais passivos financeiros da Companhia, em 31 de dezembro de 2014, são mensurados ao custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

Passivos financeiros

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
	-	
Fornecedores – retenções contratuais	13.913	235
Empréstimos e financiamentos	354.527	-
Salários e encargos	263	426
Impostos e obrigações fiscais	7.152	1.295
	<u>375.855</u>	<u>1.956</u>

11.2. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a) Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b) Riscos ambientais

As atividades do setor de energia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independentemente da existência de culpa. Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Companhia retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas, mas a Companhia procura assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas a serem observadas nas operações, a fim de reduzir o impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável de seu negócio.

Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais exceto quando especificado)

11.3. Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.